



**PREJULGADO DE TESE Nº 015, 08 de setembro de 2015.**

**RESOLUÇÃO Nº 12.034**

**Processo nº 201511070-00**

**EMENTA:** CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE ATENDIDOS, CONFORME PREVISÃO DO ART. 299, § 2º DO RI/TCM/PA (ATO Nº 16/2013). PROGRESSÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS, EM CARREIRA DISTINTA DAQUELA DE INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO EXPRESSA NO ART. 37,II, DA CF/88. PRECEDENTES DO C. STF, NOS TERMOS DA SÚMULA VINCULANTE Nº 43/2015. CRIAÇÃO DE QUADRO DE CARGOS EM EXTINÇÃO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA** formulada em tese, e respondida nos termos do **Art. 1º, inciso XVI, da LC nº 84/2012 do TCM**, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, à **unanimidade**, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão, Relatório, Voto e Resolução da Conselheira Relatora, às **fls. 13-21** dos autos, que passam a integrar esta decisão. Por força do previsto no Art. 302, do RI/TCM/PA a presente decisão constitui-se PREJULGADO DE TESE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **08 de setembro de 2015**.

  
Conselheiro **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Relatora

**Presentes:** Conselheiros, Mara Lúcia, Cezar Colares e Antonio José Guimarães; Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; e Procuradora Maria Inez Gueiros.



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

RESOLUÇÃO N.º 12.034

Processo n.º: 201511070-00

Assunto: Consulta

Órgão: Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu

Interessado: Pref. João Cleber de Sousa Torres

Instrução: DCAP

Exercício: 2015

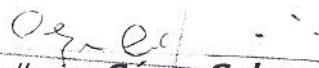
Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Pl. ICMS no D.O.E. N.º 32.985  
de 05/30/15, à pg. 80

**EMENTA: CONSULTA. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE ATENDIDOS, CONFORME PREVISÃO DO ART. 299, §2º, DO RITCM-PA (ATO N.º 16/2013). PROGRESSÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS, EM CARREIRA DISTINTA DAQUELA DE INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. VEDAÇÃO EXPRESSA DO ART. 37, II, DA CF/88. PRECEDENTES DO C. STF, NOS TERMOS DA SÚMULA VINCULANTE N.º 43/2015. CRIAÇÃO DE QUADRO DE CARGOS EM EXTINÇÃO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada em caso concreto, e respondida nos termos do artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar** a resposta à **CONSULTA**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 13-20**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **08 de setembro de 2015**.

  
Conselheiro **César Colares**  
Presidente da Sessão

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Relatora

**Presentes:** Conselheiros César Colares; Mara Lúcia; Antônio José Guimarães; Conselheiro Substituto Sérgio Dantas e Procuradora Maria Inêz K. de Mendonça Gueiros.

Processo n.º 201511070-00





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

**RESOLUÇÃO N.º 12.034**

**Processo n.º: 201511070-00**

**Assunto:** Consulta

**Órgão:** Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu

**Interessado:** Pref. João Cleber de Sousa Torres

**Instrução:** DCAP

**Relatora:** Conselheira Mara Lúcia

**Exercício:** 2015

**RELATÓRIO**

**JOÃO CLEBER DE SOUSA TORRES**, Prefeito Municipal de São Félix do Xingú, encaminhou **CONSULTA** (fl. 01), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, onde requer, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto à **possibilidade legal de servidor público concursado para o cargo de AUXILIAR DE ENSINO, o qual extinto em alteração de PCCR, ascender, funcionalmente, para o cargo de professor, desde que habilitado (graduado) para tal atividade.**

Conforme consta, os autos foram recebidos, em Gabinete, na data de **18.08.15** (fl. 03), após o que, proferi despacho recebendo a consulta (fl. 05), tramitando-os, na mesma data, à **DCAP**, dado o permissivo contido no **art. 300, §4º, do RITCM-PA (Ato n.º 16/2013)**, para elaboração de parecer e juntada de eventuais precedentes doutrinários e/ou jurisprudenciais, que atendessem à solicitação em questão, o qual foi tempestivamente elaborado e juntado aos autos, às fls. 05/11, por meio do **Parecer NR n.º 1069/2015-CONS-DCAP**, que torno parte integrante do presente relatório<sup>1</sup>.

---

<b>1 PARECER N.º:</b>	<b>NR-1069/2015-CONS-DCAP</b>
<b>PROCESSO N.º</b>	<b>201511070-00</b>
<b>PROCEDÊNCIA:</b>	<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO XINGU</b>
<b>INTERESSADO :</b>	<b>JOÃO CLEBER DE SOUSA TORRES – PREFEITO</b>
<b>ASSUNTO :</b>	<b>CONSULTA – ASCENSÃO FUNCIONAL</b>

*Excelentíssima Conselheira Mara Lúcia,*

*Mara Lúcia*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

**RESOLUÇÃO N.º 12.034**

*Tratam os autos da consulta formulada pelo Sr. João Cleber de Sousa Torres, Prefeito do Município de São Félix do Xingu, por intermédio do Ofício N.º 253/2015 – GP – São Félix do Xingu, de 29 de julho de 2015, sobre a possibilidade de Lei Municipal permitir a ascensão funcional de servidor efetivo de cargo de nível médio de Auxiliar de Ensino ao cargo de PROFESSOR.*

*Informa o consulente que existe dúvida quanto a situação de servidores que exercem o cargo de AUXILIAR DE ENSINO, cargo este que existia no PCCR dos servidores da Educação e que foi extinto em sua reformulação, porém, alega o consulente que vários servidores obtiveram graduação em nível superior e estariam habilitados ao exercício do magistério em seus diversos níveis. Diante da dúvida, o prefeito encaminha a consulta quanto a legalidade de uma Lei Municipal a permitir a ascensão desses servidores.*

**PARECER**

*Cumpra ao Tribunal de Contas dos Municípios responder às consultas formuladas pelos órgãos ou pessoas sujeitas à sua jurisdição acerca de matéria de sua competência, nos termos do art. 298 do Regimento Interno.*

*A presente consulta trata da sensível, porém amplamente discutida questão da possibilidade de ascensão ou acesso como modalidade de mudança de cargo de servidores efetivos, cabendo a este parecer tentar de forma sucinta, ofertar um esclarecimento capaz de colaborar para a resolução da dúvida do gestor municipal.*

*Primeiramente, é mister compreender “carreira”, e o conceito de ascensão e promoção no desenvolvimento funcional. A relação entre as duas está relacionada ao pertencimento ao cargo respectivo e o tempo de efetivo exercício.*

*A carreira possui todos os requisitos formais e materiais próprios de sua natureza, tal como entendido em jurisprudência do STF. Ressalta-se, a partir do entendimento da ADI 231 do STF, em uma carreira verdadeira, o ingresso por concurso público só se faz na classe inicial. Em outras palavras, não há possibilidade de concurso público para cargo intermediário de carreira. A carreira verdadeira é aquela cujo integrante ingressa na classe inicial, através de um único concurso público, e têm a perspectiva de alcançar o topo da estrutura funcional regulamentada pelo correspondente plano de cargos.*

*Assim, a ascensão funcional ou acesso é a progressão funcional entre cargos de carreiras distintas. E está modalidade é atualmente considerada inconstitucional. Já a promoção ou desenvolvimento funcional é a passagem entre cargos da mesma carreira. Sendo esta modalidade, não só lícita como requisito de carreira.*

*Destarte, a ascensão de servidores concursados do cargo de AUXILIAR DE ENSINO, que exigia a formação de nível médio e que agora encontra-se extinto, para o cargo de PROFESSOR – de nível superior para a função de magistério –, não encontra respaldo constitucional. Observa-se se tratarem de cargos com atribuições certamente distintas, a ascensão de servidor possivelmente mudaria sua posição de carreira, sua atribuição e sua remuneração.*

*Cabe lembrar, que o artigo 37 da Constituição Federal, traz diretrizes a Administração Pública, como o princípio da legalidade. Princípio este que deve reger todos os atos administrativos,*

*Handwritten signature*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

RESOLUÇÃO N.º 12.034

*observando que os Poderes Públicos são independentes, porém harmônicos em suas funções típicas e atípicas, contanto que haja permissão na constituição. Sendo assim, não existindo o amparo constitucional e observando o amplo rol de decisões dos Tribunais Superiores que impedem este tipo de ascensão de cargo, não poderia o Município através de lei própria, violar a supremacia da Constituição e buscar temerário amparo legal para esta modalidade de acesso a um novo cargo.*

*No âmbito do Supremo Tribunal Federal, a questão teve tratamento inaugural na ADI 231, de 5 de agosto de 1992, verbis:*

*"Ascensão ou acesso, transferência e aproveitamento no tocante a cargos ou empregos públicos. – O critério do mérito aferível por concurso público é indispensável para cargo ou emprego público isolado ou em carreira. Para o isolado, em qualquer hipótese para o em carreira, para o ingresso nela, que só se fará na classe inicial e pelo concurso público de provas ou de provas títulos, não o sendo, porém, para os cargos subsequentes que nela se escalonam até o final dela, pois, para estes, a investidura se fará pela forma de provimento que é a "promoção". Estão, pois, banidas das formas de investidura admitidas pela Constituição a ascensão e a transferência, que são formas de ingresso em carreira diversa daquela para a qual o servidor público ingressou por concurso, e que não são, por isso mesmo, ínsitas ao sistema de provimento em carreira, ao contrário do que sucede com a promoção, sem a qual obviamente não haverá carreira, mas, sim, uma sucessão ascendente de cargos isolados."*

*Outros decisórios consolidam a pacífica jurisprudência da Corte Suprema acerca do assunto:*

*"Alegação de afronta ao disposto no art. 37, II, da CF, uma vez que dita lei autoriza, sem prévio concurso público, o 'enquadramento' de servidores públicos de nível médio para exercerem cargos públicos efetivos de nível superior. Não é possível acolher como em correspondência ao art. 37, II, da Constituição, o pretendido enquadramento dos Agentes Tributários Estaduais no mesmo cargo dos Fiscais de Renda. Configurada a passagem de um cargo a outro de nível diverso, sem concurso público, o que tem a jurisprudência da Corte como inviável." (ADI 2.145-MC, Rel. Min. Néri da Silveira, julgamento em 7-6-2000, Plenário, DJ de 31-10-2003.).*

*"Concurso público: reputa-se ofensiva do art. 37, II, CF, toda modalidade de ascensão de cargo de uma carreira ao de outra, a exemplo do 'aproveitamento' de que cogita a norma impugnada. O caso é diverso daqueles em que o Supremo Tribunal Federal abrandou o entendimento inicial de que o aproveitamento de servidores de cargos extintos em outro cargo feriria a exigência de prévia aprovação em concurso público, para aceitar essa forma de investidura nas hipóteses em que as atribuições do cargo recém-criado fossem similares às daquelas do cargo extinto (v.g., ADI 2.335, Gilmar, DJ de 19-12-2003; ADI 1.591, Gallotti, DJ de 30-6-2000). As expressões impugnadas não especificam os cargos originários dos servidores do quadro do Estado aproveitados, bastando, para tanto, que estejam lotados em distrito policial e que exerçam a função de motorista policial. A indistinação – na norma impugnada – das várias hipóteses que estariam abrangidas evidencia tentativa de burla ao princípio da prévia aprovação em concurso público, nos termos da jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal." (ADI 3.582, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 1º-8-2007, Plenário, DJ de 17-8-2007).*

*"Ação direta de inconstitucionalidade. Parágrafo único do art. 2º e art. 8º da Lei Complementar 35/1990, do Estado de Rondônia, que assegura aos condutores de veículos e agentes de portaria lotados até a promulgação da LC 15/1986 e que exerçam funções na Secretaria de Estado de*

*Handwritten signature*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

RESOLUÇÃO N.º 12.034

*Segurança Pública o enquadramento na categoria de agentes de polícia de primeira classe, se submetidos a um período de reciclagem. Publicada a norma em 19-7-1990, o art. 8º da LC 35/1990 concedeu efeito financeiro retroativo a 1º-6-1990. Afronta à regra constitucional da prévia aprovação em concurso público. Desrespeito ao art. 37, II, da Constituição da República. Forma de provimento derivado de cargo público que foi abolida pela Constituição da República. Norma que dá efeitos financeiros retroativos no tempo, compreendido aquele que transcorre no período adotado pelo Projeto de Lei encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Governador não se macula de inconstitucionalidade. Precedentes. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente, em parte, para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar rondoniense 35/1990, e improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade quanto ao art. 8º daquele diploma legal." (ADI 388, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 20-9-2007, Plenário, DJ de 19-10-2007).*

*"Investidura e provimento dos cargos da carreira de defensor público estadual. Servidores estaduais investidos na função de defensor público e nos cargos de Assistente Jurídico de Penitenciária e de Analista de Justiça. Transposição para a recém criada carreira de defensor público estadual sem prévio concurso público. Modulação dos efeitos. Afronta ao disposto no art. 37, II, e art. 134, § 1º, da Constituição do Brasil. (...) Servidores estaduais integrados na carreira de defensor público estadual, recebendo a remuneração própria do cargo de defensor público de primeira classe, sem o prévio concurso público. Servidores investidos na função de defensor público, sem especificação do modo como se deu a sua investidura, e ocupantes dos cargos de Assistente Jurídico de Penitenciária e de Analista de Justiça. A exigência de concurso público como regra para o acesso aos cargos, empregos e funções públicas confere concreção ao princípio da isonomia. Não cabimento da transposição de servidores ocupantes de distintos cargos para o de defensor público no âmbito dos Estados-membros. Precedentes. A autonomia de que são dotadas as entidades estatais para organizar seu pessoal e respectivo regime jurídico não tem o condão de afastar as normas gerais de observância obrigatória pela administração direta e indireta estipuladas na Constituição [art. 25 da CB/1988]. O servidor investido na função de defensor público até a data em que instalada a Assembleia Nacional Constituinte pode optar pela carreira, independentemente da forma da investidura originária [art. 22 do ADCT]. Precedentes." (ADI 3.819, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 24-10-2007, Plenário, DJE de 28-3-2008.) "A inconstitucionalidade da norma ora atacada é flagrante. O Supremo Tribunal Federal firmou sólida jurisprudência no sentido de que o art. 37, II, da CF rejeita qualquer burla à exigência de concurso público. Há diversos precedentes em que a tônica é a absoluta impossibilidade de se afastar esse critério de seleção dos quadros do serviço público (cf. ADI 2.689, Rel. Min. Ellen Gracie, Pleno, 9-10-2003; ADI 1.350-MC, Rel. Min. Celso de Mello, Pleno, 27-9-1995; ADI 980- MC, Rel. Min. Celso de Mello, Pleno, 3-2-1994); ADI 951, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Pleno, 18-11-2004), até mesmo restringindo possíveis ampliações indevidas de exceções contidas na própria Constituição, a exemplo do disposto no art. 19 do ADCT (cf. ADI 1.808-MC, Rel. Min. Sydney Sanches, Pleno, 1º-2-1999). O rigor na interpretação desse dispositivo constitucional impede inclusive formas de provimento derivado de cargo público, por ascensão interna. Ora, na espécie, trata-se de mero enquadramento de prestadores de serviço que tenham comprovado cinco anos de trabalho, dez anos na nova versão. Não há provas, apenas o reconhecimento de um pretenso fato consumado. Dessa premissa parte a Assembleia Legislativa ao afirmar nas informações que a administração não poderia dar outra solução ao problema, pois teria decaído para a administração estadual o direito de rever os atos de contratação desses prestadores de serviço, nos termos do art. 54 da Lei 9.784/1999. Obviamente não há que se falar em decadência para que a administração reveja seus atos, pois o que está em causa não é a legalidade da contratação de prestadores de serviço, mas o enquadramento determinado nos termos da norma*

*Handwritten signature*





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

RESOLUÇÃO N.º 12.034

*atacada. Impossível, em casos como o presente, falar em fato consumado inconstitucional. Ante o exposto, sem maiores dificuldades, concedo a cautelar nesta ação direta em razão da inconstitucionalidade do art. 48, caput e parágrafo único, da Lei Complementar 38/2004 do Estado do Piauí, tanto na versão original quanto na versão da nova lei.” (ADI 3.434-MC, voto do Rel. Min. Joaquim Barbosa, julgamento em 23-8-2006, Plenário, DJ de 28-9-2007) Vide também a DI 336, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 10-2-2010, Plenário, DJE de 17-9-2010).*

**“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. 2. PROFESSORES MUNICIPAIS. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGO DE ESPECIALISTA EM ENSINO. 3. RE-RG 523.086. INAPLICABILIDADE. 4. VIOLAÇÃO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES. 5 CONCURSO PÚBLICO INTERNO. PROVIMENTO DERIVADO MEDIANTE ACESSO. INCONSTITUCIONALIDADE. ADI 231 E 837. ENUNCIADO 685. 6. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. (ARE 680296 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 13/11/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-242 DIVULG 10-12-2012 PUBLIC 11-12-2012)”.**

*“Por ofensa ao princípio da ampla acessibilidade aos cargos públicos (CF, art. 37, II), o Plenário, em conclusão de julgamento e por maioria, julgou procedente pedido formulado em ação direta para declarar a inconstitucionalidade do § 1º ao § 5º do art. 27 da Lei 10.961/1992 do Estado de Minas Gerais, que dispõem sobre o acesso como forma de provimento dos cargos públicos naquela unidade federativa – v. Informativo 726. Apontou-se que a norma impugnada permitiria que o procedimento de acesso viabilizasse a investidura em cargo de carreira diversa por meio de provimento derivado. Asseverou-se não haver base constitucional para manter na norma estadual o instituto do acesso a novas carreiras por seleções internas. Ponderou-se que essa forma de provimento privilegiaria indevidamente uma categoria de pretendentes que já possui vínculo com a administração estadual, em detrimento do público externo. Destacou-se que a norma estaria em antagonismo com o postulado da universalidade que, por imposição constitucional, deveria reger os procedimentos seletivos destinados à investidura em cargos, funções ou empregos públicos.” (ADI 917, rel. P/ o ac. min. Teori Zavascki, julgamento em 6-11-2013, Plenário, Informativo 727).*

*“Viola a CF o enquadramento de servidor, sem concurso público, em cargo diverso daquele de que é titular. Mesmo antes da CF de 1988, o STF tinha entendimento firmado no sentido da impossibilidade de convalidação da situação do servidor em desvio de função, seja para efetivá-lo no cargo ou para lhe deferir o pagamento da diferença remuneratória correspondente. (...) O fato de ocorrer o desvio de função não autoriza o enquadramento do servidor público em cargo diverso daquele em que foi inicialmente investido, mormente quando esses cargos não estão compreendidos em uma mesma carreira.” (AR 2.137-AgR, rel. min. Dias Toffoli, julgamento em 19-9-2013, Plenário, DJE de 26-11-2013.).*

*Cabe também ressaltar que a Súmula 685 do STF, convertida na Súmula Vinculante nº 43, de 08 de abril de 2015, preceitua sobre a matéria em questão afirmando que: “É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido”.*

*Handwritten signature*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

RESOLUÇÃO N.º 12.034

É o relatório.

VOTO

**PRELIMINARMENTE**, cumpre analisar da regularidade da presente **Consulta**, a qual se confirma, dado o atendimento parcial das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012<sup>2</sup>**, tendo sido formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste **TCM-PA**, bem como se insere na exceção prevista pelo Novo Regimento Interno (Ato n.º 16/2013), em seu **art. 299, §2º<sup>3</sup>**, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta, destacando-se, desde já, **que a mesma não constitui prejulgado do fato ou caso concreto.**

---

*Assim sendo, não encontrando amparo constitucional para as ascensão de servidor de um cargo para o outro, com natureza distinta, fica o município impossibilitado de fazer esta modificação no plano de cargos e carreira, uma vez que a investidura no cargo de PROFESSOR apenas é permitida aos aprovados em um novo concurso público, nos termos do artigo 37, II, da Constituição da República.*

É o parecer, S. M. J.

Belém, 25 de agosto de 2015.

NAYANA CORREIA ROCHA  
Assessor Técnico – Matrícula 500000524

ANTONIO ARMANDO BARRAU FASCIO NETO  
Analista de Controle Externo - Matrícula 500000793  
Chefe da DCAP/TCM-PA

<sup>2</sup> XVI - Responder a consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno

<sup>3</sup> Art. 299. As consultas, após protocoladas, serão encaminhadas ao Conselheiro Relator, observada a prevenção, nos termos da distribuição bienal, para exame de admissibilidade e regular processamento. § 2.º Havendo relevante interesse público, devidamente fundamentado, a consulta que versar sobre caso concreto poderá ser conhecida, a critério do Conselheiro Relator, caso em que será respondida com a observação de que a deliberação não constitui prejulgado do fato ou caso concreto.





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

RESOLUÇÃO N.º 12.034

**NO MÉRITO**, verificado o detalhamento e específico cotejamento da matéria com as previsões legais vigentes, contidas na **Constituição Federal (art. 37, II)** e da remansosa jurisprudência do **C. STF**, realizado diligentemente pela **DCAP**, nos termos do **Parecer n.º NR-1069/2015-CONS-DCAP**, acompanho e adoto como resposta, em sua integralidade a já transcrita manifestação.

Neste sentido, tal como destacado na análise técnica referida, a Súmula 685, do C. STF, convertida na Súmula Vinculante n.º 43, de 08 de abril de 2015, com inequívoca repercussão geral à toda administração pública pátria, assentou a inconstitucionalidade de **"toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido"**.

Resta-me, assim, entender que, independentemente da qualificação adquirida pelo servidor, durante o tempo em que está vinculado à administração pública, a partir do concurso original, no cargo de **AUXILIAR DE ENSINO**, bem como da dita intensão do ordenador, *in casu*, do Prefeito Municipal de São Félix do Xingu, em não *prejudicar os servidores*, que se enquadrem na hipótese aventada, reveste-se como desprovida de amparo constitucional, a aventada ascensão de servidor de um cargo para o outro, com natureza distinta, restando clara vedação ao município de fazer tal modificação, junto ao PCCR, uma vez que a investidura no cargo de **PROFESSOR** apenas é permitida aos aprovados em um novo concurso público, específico para tal carreira, nos termos do **artigo 37, II, da CF/88**.

Ademais, havendo o interesse da administração pública municipal, onde prevalece a discricionariedade do gestor, na extinção do cargo de **AUXILIAR DE ENSINO**, em seu quadro de pessoal, tal como declinada na presente consulta, a medida legal que caberá, para os cargos atualmente ocupados por servidores concursados, será a sua manutenção sob a forma de cargo em extinção, os quais serão excluídos, gradativamente, com a exoneração ou aposentadoria, dos titulares.

*Handwritten signature*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS  
GABINETE DA CONSELHEIRA MARA LÚCIA

**RESOLUÇÃO N.º 12.034**

Por todo exposto, considerando os termos da consulta formulada, concluo pela inconstitucionalidade, *in concreto*, de dispositivo contido em lei municipal, destacadamente o PCCR, que autorize a ascensão de servidor, concursado para o cargo de AUXILIAR DE ENSINO, para o cargo de PROFESSOR, nos termos consignados pelo órgão técnico, em face de sua divergência com a norma constitucional vigente, bem como por dissonante da pacificada posição do C. STF, a teor do dispositivo constitucional e jurisprudência referenciada, dentre as quais, com absoluta clareza, a **Súmula Vinculante n.º 43, de 08 de abril de 2015**.

**Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.**

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **08 de setembro de 2015**.

  
Conselheira **Mara Lúcia**  
Relatora